

AESC Securitizadora S.A

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e
2023**

Conteúdo

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	7

AESC Securitizadora S/A
CNPJ: 49.054.272/0001-63
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	162.940	109.221
Contas a receber	5	1.166.384	992.439
Outros créditos		-	100
		1.329.324	1.101.760
TOTAL DO ATIVO		1.329.324	1.101.760
PASSIVO CIRCULANTE			
Tributos a recolher	6	8.853	10.867
		8.853	10.867
NÃO CIRCULANTE			
Recursos de debêntures	7	1.058.374	1.005.378
		1.058.374	1.005.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	1.000	1.000
(-) Capital a Integralizar		-	(850)
Reserva Legal		200	200
Lucros acumulados		260.897	85.165
		262.097	85.515
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.329.324	1.101.760

AESC Securitizadora S/A
CNPJ: 49.054.272/0001-63
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita de juros, líquida	9	347.270	192.845
Custo de capital		(29.995)	(11.263)
LUCRO BRUTO		317.275	181.582
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	10	(81.220)	(69.435)
RESULTADO OPERACIONAL		(81.220)	(69.435)
Despesas financeiras	11	(1.761)	(841)
Receitas financeiras	12	1.819	496
Resultado financeiro líquido		58	(345)
PROVISÃO PARA IR E CSLL			
IR E CS		(59.430)	(26.437)
LUCRO DO EXERCÍCIO		176.683	85.365

AESC Securitizadora S/A
CNPJ: 49.054.272/0001-63
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucro do Exercício</u>	<u>Total</u>
Capital social	150	-	-	150
Constituição de Reserva	-	200	-	200
Lucro Líquido	-	-	85.165	85.165
Saldo em 31/12/2023	150	200	85.165	85.515
Capital social	1.000	-	-	1.000
Constituição de Reserva	-	200	-	200
Lucro Líquido	-	-	260.897	260.897
Saldo em 31/12/2024	1.000	200	260.897	262.097

AESC Securitizadora S/A
CNPJ: 49.054.272/0001-63
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Lucro do exercício	176.683	85.165
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-
Juros sobre debêntures a pagar	29.997	11.377
	206.680	96.542
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(173.946)	(992.439)
Tributos a recuperar		
Imobilizado		
Outros créditos	-	100
	(173.946)	(992.339)
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores		
Obrigações trabalhistas		
Tributos a recolher	(2.015)	10.868
Outros valores a devolver		
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	30.719	(884.929)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	-	150
Partes relacionadas	-	-
Emissão de debêntures	23.000	994.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	23.000	994.150
DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	109.221	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	162.940	109.221

1. Contexto operacional

A AESC Securitizadora S/A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, sediada à Rua Antônio Dante Brognoli, nº 4114, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 88750-000, na cidade de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 49.054.272/0001-63, com seus registros datados de 04/01/2023

A Companhia tem por objeto social (a) a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização (ativos empresariais), inclusive CCB – Cédula de Crédito Bancário conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria.

A aquisição e os recursos aplicados nos créditos financeiros a receber são obtidos por meio da emissão de debêntures originados pela própria companhia.

A Companhia não está sujeita ao registro na Comissão de Valores Mobiliários-CVM, nem está obrigada a contratar prestadores de serviços especializados de custódia, escrituração e fiduciários, sendo essas atividades desenvolvidas internamente

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 1001.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d) Data de autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 30 de abril de 2025.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Contas a receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil dos empréstimos a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e investimentos de curto prazo de alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa nº 4.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Companhia:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.2. Contas a receber

Representadas pelos saldos da carteira de créditos e empréstimos a receber, apresentadas ao valor contábil, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

Para fins do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi tomado como base a metodologia determinada pela instrução normativa RFB 1.700/17 art. 71.

3.3. Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

3.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 por ano ou R\$20 por mês e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") é calculada com base na alíquota de 9%.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	162.344	105.321
Aplicações financeiras	596	3.901
Total	162.940	109.222

As aplicações financeiras referem-se ao serviço de aplicação e resgate automático do saldo mantido em conta corrente. As aplicações financeiras são mantidas em instituições de primeira linha com liquidez diária e indexadas ao CDI. Em 2023 as aplicações apresentaram rentabilidade de 1,08% do CDI ao mês.

5. Contas a receber

	2024	2023
Títulos a receber (i)	1.166.384	992.439
Títulos a receber (ii)		
(-) Provisão para crédito de liquidação (iii)	-	-
Total	1.166.384	992.439

(i) Refere-se às parcelas vencidas e não recebidas e parcelas a vencer de antecipações / empréstimos concedidos dentro da carteira denominada ASEC.

A composição dos títulos, por vencimento, é demonstrada abaixo:

A vencer ASEC

	2024	2023
Até 365 dias	1.166.384	992.439
Após 365 dias		-
(-) Provisão para crédito de liquidação		-
Total de títulos a vencer	1.166.384	992.439

6. Tributos a recolher

Composição dos tributos a recolher ao fim das data-bases:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pis a recolher	103	79
Cofins a recolher	638	488
IRPJ a recolher	5.070	6.438
CSLL a recolher	3.042	3.863
Total	<u>8.853</u>	<u>10.868</u>

7. Recursos de debêntures

Através da AGE realizada pela Companhia em 23 de fevereiro de 2023, os acionistas aprovaram a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 10.000.000 dividido em duas séries, sendo R\$ 1.000.00 (10.000 debêntures).

Composição dos montantes de debentures a pagar, demonstrados por emissão:

AESC

<u>Circulante</u>	<u>Emissão</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>Valores em 2024</u>	<u>Valores em 2023</u>
1ª EMISSÃO - 2ª SERIE	23/02/2023	10% lucro líquido da emissora	1.058.373	1.005.378
				-
			<u>1.058.373</u>	<u>1.005.378</u>

Movimentação das debêntures em 2023:

	<u>2023</u>	<u>Integralização</u>	<u>Rendimento</u>	<u>Resgate</u>	<u>2024</u>
1ª EMISSÃO - 2ª SERIE	1.005.378	23.000	29.995		1.058.373

8. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 1.000, está representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9. Receita de Juros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de juros	362.808	201.758
(-) Impostos sobre a receita	(15.538)	(8.913)
Receita Líquida	<u>347.270</u>	<u>192.845</u>

A receita de juros refere-se ao ganho de capital proveniente de operações de antecipações, empréstimos, prorrogações de prazo e confissões de dívida.

10. Despesas Administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Material de escritório	-	110
Certificado digital	-	209
Serviços pacote SAAS	80.485	68.520
Taxas diversas	-	295
Serviços consulta de crédito	735	300
	<u>81.220</u>	<u>69.434</u>

11. Despesas Financeiras

	2024	2023
Despesas bancárias	1.761	841
	1.761	841

12. Receitas Financeiras

	2024	2023
Rentabilidade s/ aplic. financeira	1.819	496
	58	496

13. Estrutura do Gerenciamento de Risco

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de risco apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor das suas contas a receber. O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes dos empréstimos concedidos. A provisão para risco de crédito é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e nos casos em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c) Risco de juros e taxas de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de debêntures referenciadas em CDI. O saldo de contas a receber, também indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

14. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração não tem conhecimento de contingências contra a Companhia.

As declarações de Imposto de Renda e demais informativos fiscais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. A Administração da Companhia, entretanto, não espera perdas significativas como decorrência de eventuais revisões futuras pelas autoridades fiscais.

15. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía seguros contratados para suas operações.

16. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício e da divulgação das informações contábeis que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Companhia ou do patrimônio em separado até esta data.

Braço do Norte/SC, 30 de abril 2025.

Amlton Wiggers Meurer
Diretor Presidente

Everton Leão Nascimento
Contador
CRC/PR – 054.015/O-5